



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Agrosoft Brasil

Data: 09/08/2012

Link: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/222477.htm>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Prevenção de desastres naturais terá R\$ 18,8 bilhões em recursos

Prevenção de desastres naturais terá R\$ 18,8 bilhões em recursos



Em resposta a eventos climáticos como os deslizamentos de terra na região serrana do Rio de Janeiro, que deixaram mais de 900 mortos e milhares de feridos em janeiro de 2011, o governo federal anunciou ontem (08/08/12) um conjunto de ações e recursos financeiros para prevenir e garantir socorro mais rápido às vítimas de desastres naturais. De acordo com o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, serão investidos R\$ 18,8 bilhões, em todo o país, em obras de prevenção e reconstrução e em monitoramento.

Somados aos R\$ 27,6 bilhões já contratados entre 2007 e junho deste ano, o aporte global feito pelo governo federal para o setor chega a R\$ 46 bilhões. Os recursos serão investidos até 2014.

Mais de 820 municípios foram selecionados como prioritários pelo alto risco de deslizamentos, enxurradas e inundações. Estas cidades serão mapeadas e terão planos de intervenção, com identificação da vulnerabilidade das casas e obras de infraestrutura.

"Vamos elaborar estes planos para fornecer informações para que estados e municípios possam prever e apresentar projetos de outras obras de prevenção que ampliem os recursos já disponibilizados pelo governo federal", explicou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Pelo menos R\$ 2,6 bilhões serão investidos em medidas para aumentar a capacidade de resposta dos estados e municípios aos desastres. Bezerra explicou que o governo tem gastado "muito" com reconstrução. Pelas contas do ministro, nos últimos quatro anos, foram gastos, em média, R\$ 1,1 bilhão por ano em obras de reconstrução.

"Estamos agora priorizando a prevenção. Ainda sim, estamos estimando que, até 2014, vamos gastar em ações de reconstrução pelo menos R\$ 2,6 bilhões", acrescentou.

A forte seca no Nordeste é o principal problema previsto pelo governo. A maior parte dos recursos está sendo investida em obras para garantir oferta de água e prevenir inundações, que somam, segundo o ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro, R\$ 15,6 bilhões.

"O dinheiro está sendo usado em contenção de encostas, drenagens, adutoras, e sistemas de abastecimento de água", disse ele. Desse total, foram selecionados projetos que totalizam R\$ 6,5 bilhões

em projetos de obras em municípios de Alagoas, da Bahia, do Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Piauí e Rio Grande do Norte.

No Semiárido, os investimentos voltados para redução do risco de desastres naturais serão usados em obras de construção de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água potável para enfrentamento dos efeitos da seca.

O plano prevê que as cidades mais vulneráveis passem por obras de contenção de encostas, drenagem urbana e controle de inundações com recursos do [Programa de Aceleração do Crescimento](#) (PAC).

"Algumas destas regiões, como a região serrana do Rio de Janeiro, têm sofrido frequentes problemas. Assim como o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e a região metropolitana de Belo Horizonte, além de todo o Nordeste com a seca", explicou o ministro, acrescentando que algumas obras já estão em andamento em estados como a Paraíba e a Bahia.

O desastre fluminense foi provocado por chuvas fortes que são comuns nos inícios de anos. Apesar da previsibilidade, as medidas e alertas não foram suficientes para reduzir o saldo dramático. A proposta do governo é usar os recursos anunciados, dividindo as verbas e ações em diferentes modalidades.

O plano ainda inclui investimentos para a Força Nacional de Apoio Técnico de Emergência -- criada no início do ano - e a mobilização da Força Nacional de Segurança no apoio aos estados e municípios para acelerar a recuperação e socorro nessas cidades afetadas.

Segundo o planejamento do governo federal, os repasses de recursos para ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais aos estados e municípios serão agilizados com mudanças no Cartão de Pagamento de Defesa Civil, que teve o uso ampliado para todo o país em janeiro. Quando ocorrerem desastres, ainda serão disponibilizados recursos para construção de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Entre os R\$ 362 milhões destinados a medidas de monitoramento, está incluída a melhoria do atual Sistema de Monitoramento e Alerta, com ampliação da rede de observação e da estruturação do [Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais](#) (Cemaden), do [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#) (MCTI) e do [Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres](#) (Cenad), do [Ministério da Integração Nacional](#) (MI).

Todos os estados terão salas de situação para monitoramento hidrológico pela [Agência Nacional de Águas](#) (ANA), que vão viabilizar os alertas de possíveis ocorrências de desastres nas áreas de risco mapeadas.

No setor da saúde, o governo prevê, em dois anos, capacitar 12 mil profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), formar 30 equipes de plantão e estruturar hospitais de campanha e estoques permanentes de materiais e medicamentos para atender a até três desastres simultaneamente.

FONTE

[Agência Brasil](#)

Carolina Gonçalves e Yara Aquino – Repórteres

Davi Oliveira - Edição